



PARTE C

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11088-C/2014

1 — Nos termos do disposto na alínea b), *in fine*, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 2 de dezembro, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, conjugado com o estabelecido na Portaria n.º 1113/2007, de 19 de dezembro, e na consideração do disposto nos artigos 9.º, 10.º e 12.º do já citado Decreto-Lei n.º 161-A/2013, e por proposta do secretário-geral do Ministério da Administração Interna, nomeio como consultora, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, remunerada pela posição remuneratória 7, nível remuneratório 35, a licenciada Maria da Encarnação Pereira Cortinhal, cuja síntese curricular se anexa.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2014.

28 de agosto de 2014. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

ANEXO

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Maria Encarnação Pereira Cortinhal;
Data de nascimento: 06 de novembro de 1965;
Naturalidade: Vouzela.

II — Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito, Ciências Jurídico Políticas, pela Universidade Lusíada de Lisboa (1991).

III — Formação complementar:

Curso «Contratos públicos — como comprar melhor?», 2010, pelo Instituto Nacional de Administração, I. P.;

Curso «O Novo Código da Contratação Pública», 2008, pelo Instituto Nacional de Administração, I. P.;

Curso «Diploma de Especialização em Aquisição Pública de Bens e Serviços», 2007, pelo Instituto Nacional de Administração, I. P.;

Estágio de advocacia, pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (setembro de 2001 a outubro de 2003).

IV — Percurso profissional:

Assessoria jurídica à execução dos diversos contratos celebrados pela DGIE, nomeadamente ao contrato SIRESP (relativo à conceção, projeto, fornecimento, montagem, construção, gestão e manutenção de um sistema integrado de tecnologia *trunking* digital para a Rede de Emergência e Segurança de Portugal) (nomeada como substituta da gestora do projeto, por despacho de 5 de setembro de 2011, do Senhor SEAMAI);

Jurista na Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos, do Ministério da Administração Interna (desde julho de 2007);

Jurista no Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações, do Ministério da Administração Interna (de outubro de 1999 a junho de 2007); Advogada (desde novembro de 1993).

V — Informação adicional:

Louvor do Diretor-Geral de Infraestruturas e Equipamentos, n.º 714/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 31 de outubro de 2008.

208061536

Secretaria-Geral

Despacho n.º 11088-D/2014

Considerando as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 112/2014, de 1 de junho, tanto na Lei Orgânica do Ministério da Administração

Interna aprovada pelo Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro, como no Decreto Regulamentar n.º 29/2012, de 13 de março, que aprovou a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

Considerando, ainda as alterações operadas pela Portaria n.º 145/2014, de 16 de julho que veio reorganizar as estruturas nucleares da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, em função da estrutura orgânica aprovada, nomeio, em regime de substituição, nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 2.º e artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente), na sua atual redação, para o exercício do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Contraordenações, a Licenciada Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira, cuja síntese curricular se anexa.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2014.

29 de agosto de 2014. — O Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna, *Carlos Palma*.

ANEXO

Síntese curricular

I — Dados pessoais

Nome — Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira
Data de nascimento — 24 julho 1953

II — Habilitações académicas

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluída em 1975.

III — Experiência profissional

2012-2014

Técnica superior na Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna — Direção de Serviços de Assessoria Jurídica, Contencioso e Política Legislativa.

Elaboração de pareceres em matérias da competência dos membros do Governo e da Secretaria-Geral do MAI, contencioso administrativo e contraordenações da competência da SG/MAI e dos Governos Cívicos.

2010-2011

Técnica superior no Governo Civil do Distrito de Lisboa

Coordenação do serviço de contraordenações rodoviárias: informações aos cidadãos sobre processos de contraordenação da competência da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, tratamento de defesas, recursos e documentos apreendidos ou a cumprir sanções acessórias.

2008-2010

Técnica superior da Direção-Geral da Administração Interna

Apoio aos três processos eleitorais ocorridos em 2009, designadamente, na preparação de manuais, campanhas informativas, processos de aquisição de bens e serviços, informações aos eleitores; participou, ainda, na elaboração do Plano e do Relatório de Atividades da DGAI.

1982-2008

Secretária do Governo Civil do Distrito de Lisboa (cargo equiparado a Diretor de Serviços)

Atividades semelhantes às exercidas no Governo Civil do Distrito de Évora e ainda, na área das contraordenações da competência do Governador Civil. Participou em inúmeros grupos de trabalho de elaboração de legislação, de simplificação administrativa nos Governos Cívicos, e em júris de concursos para cargos de dirigentes de outros serviços da AP.

1977-1982

Secretária do Governo Civil do Distrito de Évora (cargo equiparado a Diretor de Serviços)

Direção dos serviços e participação técnica nas áreas de tutela administrativa das autarquias locais, pareceres nas áreas da competência do Governador Civil, licenciamentos policiais, passaportes, processos eleitorais, formação a funcionários das Câmaras Municipais, gestão de

recursos humanos, contratação pública, administração do cofre privativo do Governo Civil.

IV — Formação profissional

Destacam-se algumas das ações de formação profissional que frequentou nos últimos anos:

«Patrocínio Judiciário e Representação do Estado em Juízo» — de 27 de maio a 8 de julho de 2014 — ICJP — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

«O Regime das Custas Processuais no Contencioso Administrativo» — 12 de novembro de 2013 — SG/MF

«O Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores da AP: Perspetiva Teórica e Prática» — de 15 a 23 de maio de 2012 — SG/MAI

«O Contencioso Administrativo: Perspetiva Teórica e Prática» — 17 a 27 de setembro de 2012 — SG/MAI

«CADAP — Curso de Alta Direção em Administração Pública» — INA — 2006/2007

208061593